



Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG  
Fls.: \_\_\_\_\_  
Ass.: \_\_\_\_\_

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2022/SEPLAG - REPETIÇÃO	
PROCESSO Nº 331.137/2020/SEPLAG	
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2022/SEPLAG	
TIPO: <b>MENOR PREÇO UNITÁRIO DO LOTE</b>	
DATA: 17/08/2022 – HORÁRIO 09h00min – Horário local (Cuiabá/MT).	
<b>LOCAL:</b> O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET no “Portal de Aquisições”, constante da página eletrônica da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG/MT – <a href="http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/">http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/</a>	
<b>OBJETO:</b> Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Condicionadores de Ar (Tipo CASSETE) incluindo instalação, para atender os Órgãos/Entidades do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso nos municípios de Cuiabá e Várzea Grande, conforme especificações e condições técnicas constantes neste Edital e em seus anexos.	
ÍNDICE	
1. PREÂMBULO .....	2
2. DO OBJETO .....	2
3. DOS PROCEDIMENTOS INICIAIS .....	2
4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO .....	3
5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL .....	5
6. DO CREDENCIAMENTO .....	6
7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS .....	7
8. DA PROPOSTA DE PREÇOS DE FORMA ESCRITA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO SIAG .....	8
9. DA ABERTURA DA SESSÃO E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	10
10. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DOS LANCES .....	10
11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS .....	12
12. DA HABILITAÇÃO .....	13
13. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL .....	19
14. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA REALINHADA .....	21
15. DOS RECURSOS .....	21
16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO .....	22
17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	22
18. DO CONTRATO .....	24
19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	25
20. DAS SANÇÕES .....	25
21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	26
ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVOS .....	29
ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS .....	31
ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA .....	32
ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO .....	53
ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO ME, EPP E MEI .....	54
ANEXO VI – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO .....	55
ANEXO VII – MINUTA DO CONTRATO I – ÓRGÃOS/ENTIDADES .....	63
ANEXO VII-a – MINUTA DO TERMO ANTICORRUPÇÃO (ANEXO DO CONTRATO) .....	80
ANEXO VIII – MINUTA DE CONTRATO II– EMPRESAS ESTATAIS .....	81
ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO .....	97
ANEXO X – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÃO .....	98
TERMO DE ENCERRAMENTO .....	99





Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2022/SEPLAG - REPETIÇÃO**  
**(Processo nº 331.137/2020/SEPLAG)**

**LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA**  
**PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP.**

**1. PREÂMBULO**

- 1.1. **O ESTADO DE MATO GROSSO**, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO DO LOTE**, em conformidade com as Leis nºs 10.520/2002, 8.666/1993, LC nº 123/2006, com o Decreto Estadual nº 840/2017, suas alterações e subsidiariamente pela Lei nº 8.078/1990 (CDC) e legislação pertinente, bem como pelas disposições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. O Edital e seus anexos poderão ser visualizados e baixados na página eletrônica do Sistema de Aquisições Governamentais: <http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/>.
- 1.3. A **SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO** abrirá prazo para o cadastramento eletrônico das **propostas de preços** e envio dos documentos de habilitação **pelo Sistema de Aquisições Governamentais – SIAG**, compreendido entre **05/08/2022 a 17/08/2022**, período integral, exceto quanto ao dia da abertura da sessão que o horário máximo de aceitação estará condicionado a 15 minutos antes do início da mesma, ou seja, até as **08h45min - Horário local (Cuiabá/MT)**.
- 1.4. Data e Horário de abertura da sessão pública: **17/08/2022 às 09h00min - Horário local (Cuiabá/MT)**.
- 1.5. Local da sessão: Portal de Compras do Governo do Estado - <http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/>.
- 1.6. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o **Horário local (Cuiabá/MT)**.

**2. DO OBJETO**

- 2.1. **Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Condicionadores de Ar (Tipo CASSETE) incluindo instalação, para atender os Órgãos/Entidades do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso nos municípios de Cuiabá e Várzea Grande**, conforme especificações e condições técnicas constantes neste Edital e em seus anexos.
- 2.2. **Este Pregão possui lotes de ampla concorrência/cota principal (75%) do objeto e lotes com reserva de cota (25%) destinados às Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedor Individual - MEI, conforme dispõe o artigo 25 da Lei Complementar Estadual nº 605/18 e artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14.**
- 2.3. **Os quantitativos do objeto desta licitação referentes às cotas principal (75%) e reservada (25%) estão divididos conforme discriminado no ANEXO I.**

**3. DOS PROCEDIMENTOS INICIAIS**

- 3.1. Para participação da licitação ou simples acompanhamento da mesma, o interessado deverá acessar, na internet, o SIAG, no Portal de Aquisições – <http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/>, onde se encontra o link para acesso.
- 3.2. A empresa que desejar participar do PREGÃO ELETRÔNICO deverá, obrigatoriamente, possuir login e senha, pessoal e intransferível no Sistema de Aquisições Governamentais (SIAG) do Estado de Mato Grosso. Caso não possua, deverá criá-los na plataforma eletrônica: <http://aquisicoes.seplag.mt.gov/> no campo “FORNECEDORES”=>Informações e Serviços aos Fornecedores =>E-Fornecedor Cadastro. **Obs.: Este procedimento não substitui os documentos de habilitação solicitados na seção 12 deste Edital.**





Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

**3.2.1.** A quebra de sigilo ou perda da senha poderá ser regularizada através de acesso ao menu superior "FORNECEDORES" => Informações e Serviços aos Fornecedores => Acesso ao Sistema SIAG => "Esqueci minha Senha", desde que o e-mail da Licitante cadastrado esteja atualizado no Cadastro de Usuários.

**3.2.2.** Após o cadastramento, o representante da empresa deverá credenciar-se e preencher no Sistema de Aquisições Governamentais – SIAG sua proposta de preços.

**3.2.3.** Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**3.3.** Até a data e horário previstos no item 1.3 os interessados poderão se cadastrar, credenciar, preencher sua proposta de preços e/ou substituir propostas comerciais no sistema eletrônico, encartar e/ou substituir documentos de habilitação exigidos no item 12. Após esse prazo as propostas não poderão ser alteradas ou retiradas pelos participantes.

#### 4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

**4.1.** A Sessão deste PREGÃO ELETRÔNICO será pública e realizada em conformidade com este Edital na data, horário e local indicado no Preâmbulo.

**4.2.** Poderão participar deste certame pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível e pertinente com o objeto desta licitação e atendam às exigências deste Edital e seus anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às Licitantes pela realização de tais atos.

**4.3.** Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- I) Que se encontrem sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- II) Estrangeiras que não funcionem no País;
- III) Empresas que tenham sido declaradas inidôneas, por qualquer Órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, de qualquer esfera governamental, bem como as que estejam punidas com impedimento ou suspensão do direito de contratar ou licitar com o Órgão ou Entidade promotora da licitação;
- IV) Que tenham servidor de qualquer Órgão ou Entidade vinculada ao Órgão promotor, bem como, à empresa da qual o servidor seja gerente, administrador, sócio, dirigente ou responsável técnico.

**4.4.** Será permitida nesta licitação a participação de Consórcios, obedecidas às seguintes normas;

**4.4.1.** No caso de empresas reunidas sob a forma de Consórcio, observar as normas do Art. 33 da Lei nº 8.666/93, além de:

a) Apresentar Termo de Compromisso, público ou particular, de constituição de consórcio, subscrito pelas consorciadas, com indicação da empresa-líder, que será a representante das consorciadas perante o Contratante, no qual deverá constar:

- I) A designação do Consórcio, sua composição, bem como seu objeto;
- II) Indicação da sociedade líder do Consórcio, a quem deverão ser conferidos amplos poderes para representar o Consórcio durante todo o procedimento licitatório e a vigência contratual, bem como administrativa e judicialmente;
- III) Os compromissos e obrigações das consorciadas, entre os quais o de que cada consorciada responderá, individual e solidariamente, pelas exigências de ordem fiscal e administrativa pertinentes ao objeto da licitação, até a conclusão final dos trabalhos e serviços que vierem a ser contratados com o consórcio;
- IV) A Declaração expressa de responsabilidade solidária, ativa e passiva, das consorciadas pelos atos praticados pelo consórcio, em relação à licitação e posteriormente, ao eventual Contrato;
- V) O Compromisso de que o consórcio não terá a sua composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia e expressa anuência do Contratante, até a conclusão dos trabalhos ou serviços que vierem a ser contratados;





Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

**VI)** O Compromisso expresso de que o consórcio não se constitui, nem se constituirá em pessoa jurídica distinta da de seus membros, nem terá denominação própria ou diferente das suas consorciadas;

**VII)** O Compromisso e obrigações de cada uma das consorciadas, individualmente, em relação ao objeto da licitação.

**VIII)** A participação de cada Consorciado na execução dos serviços, com as obrigações e a responsabilidade de cada Consorciado quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, bem como a participação percentual de cada Consorciado no valor global ofertado;

**IX)** O prazo de vigência do Termo de Compromisso, que deverá estar vinculado à duração do procedimento licitatório;

**X)** O prazo de duração do Consórcio, que não poderá ser inferior ao prazo de vigência contratual, acrescido de 6 (seis) meses;

**b)** A Licitante não pode ser empresa consorciada que participe, ao mesmo tempo, de mais de um Consórcio ou a sociedade que atue, ao mesmo tempo, isoladamente e em Consórcio.

**c)** A proposta do Consórcio deverá ser assinada pelo Representante Legal ou Procurador da sociedade líder, e deverá conter todas as informações dos Consorciados (nome e endereço completos, número do CNPJ, números de telefone, e e-mail), bem como todas as informações dos estabelecimentos vinculados à execução contratual.

**d)** A preferência para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual somente será aplicável a Consórcio, caso seja formado integralmente por Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual. Nesta hipótese, as verificações realizadas para conferência do direito à referida preferência serão realizadas para todos os Consorciados.

**e)** Apresentar os documentos de habilitação de cada uma das empresas consorciadas admitindo-se, para efeito de qualificação técnica que cada consorciado deverá apresentar a sua atestação individualmente admitindo-se os somatórios dos mesmos.

**f)** Para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores do capital social registrado ou do patrimônio líquido de cada consorciado, poderá ser utilizado na proporção de sua respectiva participação.

**g)** As declarações exigidas no momento do cadastro da proposta no sistema SIAG somente poderão ser consideradas se todos os Consorciados atenderem a seus termos.

**h)** Caberá à sociedade líder a representação do Consórcio, sendo responsável, ainda, por operar este Pregão, em nome do Consórcio, cadastrar proposta, ofertar lances, emitir declarações, apresentar documentos de proposta e de habilitação, manifestar intenção de recorrer, apresentar razões e/ou contrarrazões recursais, responder administrativa e judicialmente, inclusive receber notificação, intimação e citação, dentre outros atos.

**i)** A empresa líder deverá ser obrigatoriamente brasileira, no caso de consórcio de empresa brasileira e estrangeira.

**I.** A documentação de consorciado estrangeiro deverá ser apresentada em português, traduzida por tradutor juramentado.

**j)** Caso o Consórcio se sagre vencedor, deverá promover, antes da celebração do Contrato, sua constituição e registro, observadas as disposições do Termo de Compromisso apresentado juntamente com a proposta, bem como sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

**I.** Excepcionalmente, mediante solicitação escrita e fundamentada, previamente autorizada pelo Contratante, as disposições do Termo de Compromisso que não impactarem o resultado do julgamento poderão ser alteradas no momento da constituição e registro do Consórcio.

**4.5. Está permitida a participação de cooperativas**, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação, conforme previsão disposta na Lei nº 12.690/12, art. 34 da Lei 11.488/07 e na Instrução Normativa nº 001/2020/SEPLAG/MT.





Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

- 4.6. **A participação no LOTE expressamente reservado à Microempresas (ME), à Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI)**, pela Licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias, **configura fraude ao certame**, sujeitando a mesma à **aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.**
- 4.7. **Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos apresentados pelas Licitantes deverão referir-se ao mesmo CNPJ descrito por estas na proposta de preços, salvo aqueles documentos permitidos por lei.**
- 4.8. **As Licitantes se responsabilizam pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, assumindo todos os ônus pela preparação da proposta assim como da habilitação, não cabendo quaisquer tipos de ressarcimentos, independentemente do resultado do certame.**
- 4.9. Conforme instituído pelos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 147/14, e artigo 25 da Lei Complementar Estadual nº 605/18, fica concedido e assegurado o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual com reserva de cota do objeto, referente a 25% (vinte e cinco por cento), desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto e não se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06 e ao disposto na Lei Complementar nº 147/14.
- 4.10. Para a participação do(s) lote(s) da Cota Principal, as Licitantes enquadradas na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, que pretenderem utilizar as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 123/06, deverão assinalar em campo próprio do Sistema, no momento do credenciamento, que atende aos requisitos do artigo 3º da Lei mencionada.
- 4.10.1. A ausência da informação prevista no item anterior não impedirá a participação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual na Cota Principal do processo licitatório, porém terá seus direitos precluídos com relação ao exercício das referidas prerrogativas.
- 4.11. Para a participação do(s) lote(s) de Cota Reservada, a Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual - MEI **deverá** assinalar no sistema SIAG o campo *“Declaro ser Micro ou Pequena Empresa”*, no momento do credenciamento, a condição para o exercício do benefício à referida cota.
- 4.11.1. Serão estendidas às cooperativas os benefícios previstos para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.
- 4.11.1.1. A **Cooperativa** que se enquadrar no subitem 4.11.1 **deverá** assinalar no sistema SIAG o campo *“Declaro ser Micro ou Pequena Empresa”* para obter os benefícios previstos a essas.
- 4.11.2. A Licitante que se declarar Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual ou Cooperativa equiparada, deverá ainda selecionar o campo respectivo, caso possua alguma restrição quanto à documentação referente à regularidade fiscal.

## 5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 5.1. **Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública**, qualquer interessado poderá **impugnar este Edital ou solicitar esclarecimentos**, mediante requerimento fundamentado e direcionado ao(à) pregoeiro(a), **a quem** caberá decidir até o dia anterior à data de abertura da sessão da Licitação (Art. 25 e seus §§ do Decreto Estadual nº 840/17).
- 5.1.1. A impugnação e/ou pedido de esclarecimento deverá ser realizada de forma eletrônica (encaminhada via SIAG – Sistema de Aquisições Governamentais), devidamente instruídas e fundamentadas.
- a) Para criar uma impugnação ou realizar o pedido de esclarecimento, via sistema, o licitante deverá acessar no menu a opção “Fornecedores -> Área do Licitante”, após identificação de login e senha, acessar “Processo Aquisição -> Editais”, pesquisar o edital por número do processo ou número do edital e após encontrá-lo, clicar em visualizar e, estando dentro dos prazos estabelecidos em lei, o sistema apresenta a opção para “Criar Impugnação” e “Criar Esclarecimento”. O licitante deverá selecionar a opção desejada, inserir sua manifestação de forma objetiva e resumida e anexar o respectivo arquivo, caso seja necessário. Para que a impugnação ou esclarecimento seja admitido pela administração, é preciso que o registro seja Enviado e não somente salvo.





Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

- 5.1.1.1.** Excepcionalmente, serão admitidos neste processo licitatório, envio de impugnações e de pedidos de esclarecimentos por e-mail [pregao@seplag.mt.gov.br](mailto:pregao@seplag.mt.gov.br), desde que cumpridas as exigências do item 5.1 deste Instrumento.
- 5.1.2.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, sendo que só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de expediente no Órgão ou na Entidade, ou seja, serão contados somente os dias úteis consecutivos de modo contínuo.
- 5.2.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo Sistema de Aquisições Governamentais – SIAG, para conhecimento da empresa solicitante e de quaisquer interessados e vincularão os participantes e a Administração.
- 5.3.** Se a impugnação ao Edital e/ou pedido de esclarecimento for reconhecida e julgada procedente, serão corrigidos os vícios e uma nova data será designada pela Administração, para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas. (Art. 25 §2º do Decreto Estadual nº840/17).
- 5.4.** Decairá o direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a realização do Pregão Eletrônico, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entender viciarem o mesmo.
- 5.5.** Havendo a ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

## 6. DO CREDENCIAMENTO

- 6.1.** A participação no certame se dará por meio do sistema eletrônico no site <http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/>, sendo acessado pelo link “FORNECEDORES” => **Acesso ao sistema SIAG**”, localizada no menu lateral direito do portal, mediante digitação de login e senha pessoal e intransferível do representante credenciado.
- 6.1.1.** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu credenciado, não cabendo à SEPLAG a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 6.2.** Ao acessar o sistema, a Licitante deverá:
- a)** Localizar o Pregão de interesse, acessando a opção “PREGÕES” – “LANÇAR PROPOSTA”, no menu lateral esquerdo do portal;
- b)** Após localizar o Pregão pelo número do Edital ou número do Processo Administrativo, clicar em visualizar;
- c)** Em seguida, deverá optar pela declaração de enquadramento ou não de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual:
- c.1.** A Licitante Microempreendedor Individual deverá selecionar a opção “DECLARO SER MICRO OU PEQUENA EMPRESA.”
- c.2.** **A não identificação no sistema acarretará preclusão consumativa do tratamento diferenciado e favorecido, concedido pela Lei Complementar nº 123/06 - em especial quanto ao seu artigo 3º.**
- c.3.** A Licitante que se declarar Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual ou Cooperativa equiparada, deverá ainda selecionar o campo respectivo, caso possua alguma restrição quanto à documentação referente à regularidade fiscal.
- c.4.** Serão estendidas às cooperativas os benefícios previstos para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.
- c.5.** A **Cooperativa** que se enquadrar no subitem 6.2, “c4” **deverá** assinalar no sistema SIAG o campo “*Declaro ser Micro ou Pequena Empresa*” para obter os benefícios previstos a essas.
- 6.3.** Realizadas as devidas marcações, a Licitante procederá à confirmação no botão “CREDENCIAMENTO”, e então poderá aceitar ou recusar os conteúdos do Termo de Credenciamento e Declaração de Habilitação, bem como imprimir referidos Termos, se assim preferir.





Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

- 6.3.1. Recusando os termos, a Licitante não participará do certame;
- 6.3.2. Aceitando os termos, a Licitante declara automaticamente que cumpre todos os requisitos exigidos neste Edital.
- 6.4. A solicitação de credenciamento do responsável para representar os interesses da Licitante junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 6.5. É vedado a qualquer credenciado representar mais de uma empresa proponente, salvo nos casos de representação para itens distintos.
- 6.6. Dúvidas e informações pertinentes ao cadastramento de fornecedores e das suas respectivas propostas poderão ser esclarecidas por meio de vídeo-aulas, acessível pelo Link "VÍDEOS DIDÁTICOS", disponível no menu superior, aba "FORNECEDORES => MANUAIS E VÍDEOS DIDÁTICOS", ou ainda pela equipe de suporte ao Sistema de Aquisições Governamentais – SIAG, através do telefone (65) 3613-3718.

## 7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

- 7.1. Efetuado o Credenciamento, a Licitante deverá **PREENCHER** sua proposta de preços e incluir, exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação e a sua proposta de preços escrita, documentos estes exigidos nos itens 8 e 12 deste Edital, até a data e horário previstos no subitem 1.3, quando então encerrar-se-á automaticamente o prazo de envio da referida documentação.
- 7.1.1. Os documentos deverão ser anexados em arquivo(s) de até 8mb (oito megabytes).
- 7.1.2. Ao apresentar sua proposta, a Licitante aceita plenamente e concorda especificamente com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;
- 7.1.3. Durante o prazo estipulado no subitem 1.3 deste Edital, a Licitante poderá retirar ou substituir tanto a proposta anteriormente apresentada quanto os documentos de habilitação.
- 7.2. Para cadastrar a Proposta Eletrônica de Preços, a Licitante deverá clicar na opção "CRIAR PROPOSTA" e:
- a) Selecionar o lote para o qual fará a proposta;
- a.1. A descrição do objeto será automaticamente preenchida pelo Sistema conforme cadastrado na oportunidade de abertura do processo licitatório.
- b) Preencher o prazo da entrega do lote observando o previsto no Edital;
- c) Preencher o prazo de validade da proposta, o qual não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data da proposta realinhada. O prazo será suspenso caso haja recursos administrativos ou judiciais;
- d) Preencher a MARCA/MODELO, quando não for o fabricante do produto;
- d.1. A Licitante que for o fabricante do produto ofertado, atendendo ao Princípio da Impessoalidade, deverá preencher o campo <MARCA/MODELO>, com a expressão "**Marca Própria**", para não ter o risco de ter sua proposta desclassificada.
- e) O objeto **exige** catálogo/ ficha técnica (**catálogo descritivo do equipamento ofertado**), que deverá ser encartado no sistema, observando o disposto no subitem 8.5.5 deste Edital.
- f) Preencher o preço ofertado, informando o **VALOR UNITÁRIO DO ITEM**.
- g) Após preencher todos os campos solicitados, clicar em SALVAR e em seguida ENVIAR.
- 7.3. O envio da proposta digital pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.
- 7.4. Após a abertura da proposta, pelo(a) pregoeiro(a), não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) pregoeiro(a).





Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gest3o

SAAG/SEPLAG
Fls.: _____
Ass.: _____

- 7.5. Qualquer elemento que possa identificar 3 Licitante nesta fase importa em **DESCCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA**, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

## 8. DA PROPOSTA DE PREÇOS DE FORMA ESCRITA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO SIAG

- 8.1. Salvada a Proposta Eletrônica de Preços, a Licitante **dever3** clicar em "**ANEXO DA PROPOSTA**" para fins de **ANEXAR E ENVIAR** a **PROPOSTA DE PREÇO DE FORMA ESCRITA**, obedecendo aos requisitos constantes no subitem 8.3.
- 8.1.1. A Licitante **dever3** anexar uma proposta, conforme modelo do ANEXO II, para cada lote que deseja participar, com as informações apenas do lote pretendido.
- 8.1.2. O n3o cumprimento do disposto no item 8.1 e 8.1.1 implicar3 na DESCCLASSIFICAÇÃO da proposta da Licitante para o lote.
- 8.1.3. **É terminantemente VEDADO** 3s Licitantes que participarem de mais de 01 (um) lote, anexar proposta(s) de forma escrita de outro(s) lote(s), n3o correspondente(s) ao lote em que est3 cadastrando a proposta eletrônica, **sob pena de DESCCLASSIFICAÇÃO SUM3RIA** no lote e se estende tamb3m para os lotes referentes 3quelas propostas anexadas indevidamente, por configurar identificaç3o indevida da Licitante no decorrer da disputa de lances.
- 8.2. As licitantes dever3o anexar tamb3m em campo pr3prio (anexos da habilitaç3o) via SIAG, dentro do prazo estabelecido para envio das propostas, SOB PENA DE INABILITAÇÃO, todos os documentos de habilitaç3o exigidos na seç3o 12 deste edital.
- 8.3. Para formular a Proposta de Preço, a Licitante dever3 observar com atenç3o o Termo de Refer3ncia, que consta no **Anexo III**, parte integrante do presente Edital, principalmente nos itens que venham a fazer parte da formaç3o do preço.
- 8.4. A PROPOSTA DE PREÇOS DE FORMA ESCRITA deve ser elaborada observando o **Formul3rio Padr3o de Proposta - ANEXO II e Especificaç3o – ANEXO I** e **conter obrigatoriamente**:
- 8.4.1. Descriç3o do objeto conforme especificaç3o consignada no **Anexo I** e Termo de Refer3ncia – **Anexo III** deste Edital;
- 8.4.2. Uma 3nica Marca/Fabricante/Modelo;
- 8.4.3. Preços unit3rios e totais;
- 8.4.4. O prazo de efic3cia da proposta, n3o poder3 ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da proposta realinhada. O prazo ser3 suspenso caso haja recursos administrativos ou judiciais;
- 8.4.5. Declaraç3o expressa de que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necess3rios ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da licitaç3o;
- 8.4.6. CNPJ/MF, endereço completo, telefone, endereço eletr3nico (e-mail), n3o da conta corrente, ag3ncia e respectivo Banco, e **assinatura do representante legal da empresa**;
- 8.5. Para elaboraç3o das propostas, as Licitantes dever3o considerar tamb3m que:
- 8.5.1. Os equipamentos ser3o entregues e instalados nas unidades designadas pelos 3rg3os/Entidades do Poder Executivo Estadual, que aderirem 3 Ata de Registro de Preço, conforme suas necessidades e especificações, nos per3metros dos munic3pios de Cuiab3 e V3rzea Grande.
- 8.5.2. Os serviços de instalaç3o dos equipamentos de condicionadores de ar poder3o ser subcontratadas empresas especializadas, conforme regramento do item 3.6 da Minuta do Contrato – Anexo VII deste Edital.
- 8.5.3. Os equipamentos ofertados dever3o ser de proced3ncia nacional ou estar em conformidade com a pol3tica de garantia do fabricante para o Brasil. Devendo o fornecedor informar qual o distribuidor autorizado no Brasil, atrav3s do qual os mesmos est3o sendo adquiridos. Deve ainda a empresa vencedora apresentar no ato da entrega dos equipamentos documentaç3o informando os n3meros de s3rie dos respectivos, referentes ao pedido de fornecimento, devendo esse ser anexado as Notas Fiscais de entrega, solicitado para posterior verificaç3o, se necess3rio, junto aos fabricantes.
- 8.5.4. Todos os aparelhos condicionadores de ar dever3o apresentar as seguintes caracter3sticas t3cnicas:







Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

- 8.5.4.1. Composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna) com disponibilidade de peças sobressalentes no mercado;
- 8.5.4.2. Ciclo frio ou quente/frio;
- 8.5.4.3. Comando remoto total sem fio com "display";
- 8.5.4.4. Funções de refrigeração e ventilação, com seleção de modo de operação;
- 8.5.4.5. Movimento e controle automático do direcionamento de ar;
- 8.5.4.6. Compressores: tipo rotativo ou scroll;
- 8.5.4.7. Tensão elétrica de 220v;
- 8.5.4.8. Manual de operação e manutenção básica;

8.5.4.9. A Contratada ou a fabricante dos aparelhos deverão identificar todas as embalagens dos produtos, relacionando as principais características dos aparelhos, tais como: marca, modelo, capacidade de refrigeração, nº série da evaporadora, nº série da condensadora, permitindo a identificação de quais peças compõem cada conjunto de condensadora e evaporadora, bem como CNPJ, nome do fabricante, devendo ter informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, composição, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados e ainda sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores e demais informações exigidas na legislação pertinente em vigor.

8.5.5. Deverá acompanhar a Proposta de Preços, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, a documentação técnica do objeto que permita ao Pregoeiro avaliar as especificações do(s) equipamento(s), a saber:

8.5.5.1. **Catálogo descritivo do equipamento ofertado**, o qual deverá atender as características constantes na descrição do item, com apresentação nítida e legível e, quando este estiver em língua estrangeira deverá ser traduzido em língua portuguesa brasileira, com juntada do documento (cópia ou original), da língua originária, bem como, identificar o fabricante.

8.5.5.1.1. Somente serão considerados válidos catálogos impressos pela Internet, desde que este possibilite a averiguação completa da descrição do objeto e conste a origem do site oficial do fabricante e que informe a "FONTE" (endereço completo <http://www.fabricantex.com/produtox>) do respectivo documento, possibilitando a comprovação da autenticidade do documento proposto;

8.5.5.1.2. Caso o catálogo não tenha a informação da fonte, o licitante deverá informar, por meio de declaração da fonte usada para obtenção do catálogo.

8.5.5.1.3. Ficam vedadas quaisquer transformações, montagens ou adaptações na especificação original dos catálogos ofertados;

8.5.5.1.4. No caso de catálogo com diversos modelos, o proponente deverá identificar qual a marca/modelo em que estará concorrendo na licitação;

8.5.5.2. **Declaração dos itens faltantes do catálogo**, caso o catálogo apresentado for omissivo na descrição de alguma das característica do equipamento, deverá ser emitida declaração pelo fabricante, devendo conter, as características e especificações que complementem as informações dos catálogos apresentados, não podendo ser cópia fiel do conteúdo na Especificação Técnica (ANEXO I), salvo se este corresponder em sua integralidade às especificações requisitadas, para fins de verificação de atendimento a especificação técnica.

8.5.5.3. **Outros documentos comprobatórios**: poderá a licitante apresentar outros documentos que comprovem as características dos equipamentos, como por exemplo Registro no INMETRO do equipamento ofertado, o qual deve demonstrar a classificação energética "A". O(A) Pregoeiro(a) irá realizar a análise e a validação dos referidos documentos desde seja possível a averiguação da fonte.

8.6. O sistema eletrônico somente permitirá a visualização da Proposta de Preços de Forma Escrita ANEXADA (uma proposta para cada lote que deseja participar), bem como dos documentos de Habilitação encartados e enviados, após o término da etapa de lances.





Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

- 8.7.** O não atendimento às especificações e exigências do presente Edital e de seus Anexos implicará na **DESCCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA**, nos termos do item **11.2**.
- 8.8.** As propostas apresentadas pelas Licitantes deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, materiais, equipamentos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes, seguros, serviços, treinamento, deslocamentos de pessoal, transporte, garantia, lucro e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o valor do objeto licitado, constante da proposta, conforme exigências editalícias e contratuais, não sendo admitido pleito posterior em decorrência da exclusão de quaisquer despesas incorridas, nem reivindicar qualquer adicional de pagamento ou reajustamento de preços.
- 8.8.1.** As empresas após a apresentação das propostas não poderão alegar preço inexequível ou cotação incorreta e deverão fornecer os produtos sem ônus adicionais.
- 8.8.2.** Nos casos em que as empresas se negarem a fornecer os produtos estas estarão sujeitas às sanções administrativas previstas neste Edital.
- 8.9.** A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da Licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 8.10.** Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 8.11.** O(A) pregoeiro(a) considerará erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não impliquem nulidade do procedimento como sendo erros materiais ou formais e, conseqüentemente, classificará a empresa.
- 8.12.** O(A) pregoeiro(a) poderá, no interesse da Administração Pública, relevar excesso de formalismo nas propostas apresentadas pelas Licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo da Licitação.
- 8.13.** Para efeito de julgamento das propostas, nenhuma oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos será considerada.
- 8.14.** O(A) pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública para realizar análise prévia das propostas, cujo prazo será definido na própria sessão.
- 8.15.** O conteúdo da proposta não poderá ser alterado, seja com relação ao preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos seus termos originais, ressalvados os casos que se enquadrem no previsto do **item 8.11**.

## 9. DA ABERTURA DA SESSÃO E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 9.1.** A partir do horário previsto no preâmbulo deste Edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do(a) pregoeiro(a), com a divulgação das propostas eletrônicas de preços recebidas, sem identificação das Licitantes, por parte do sistema eletrônico.
- 9.2.** A Licitante deverá utilizar sua chave de acesso e senha para participar da sessão pública na internet.
- 9.2.1.** O uso da senha de acesso pela Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 9.3.** A comunicação entre o(a) pregoeiro(a) e as Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

## 10. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 10.1.** Aberta a sessão, o(a) pregoeiro(a) passará à análise e acolhimento das propostas eletrônicas e em seguida a sua divulgação.
- 10.2.** O(A) pregoeiro(a) analisará as propostas eletrônicas de preços, desclassificando, sempre registrando e fundamentando no sistema sua decisão, aquelas que não estiverem em consonância com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.





Govorno do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gest3o

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

- 10.2.1.** Quando houver uma 3nica Licitante ou uma 3nica proposta v3lida, caber3 ao(3) pregoeiro(a) verificar a aceitabilidade do valor ofertado.
- 10.3.** A decis3o sobre classifica3o de propostas ser3 disponibilizada no sistema eletr3nico para acompanhamento em tempo real pelas Licitantes.
- 10.4.** Classificadas as propostas, iniciar-se-3 a fase de lances, na qual os autores das propostas classificadas poder3o oferecer lances, obrigatoriamente por meio do sistema eletr3nico, sem restri3o de quantidade de lances ou de qualquer ordem classificat3ria ou cronol3gica espec3fica, **MAS SEMPRE INFERIOR A OFERTA INICIAL DA LICITANTE.**
- 10.5.** Os lances dever3o ser apresentados em valores sucessivos e decrescentes para o lote, considerando-se o **VALOR UNIT3RIO DO ITEM**, gerado pelo SIAG no momento do cadastramento da proposta inicial.
- 10.5.1.** N3o ser3o aceitas cota3o es com valores com mais de duas casas decimais. Caso ocorra, o valor dever3 ser arredondado para menor.
- 10.5.2.** As Licitantes poder3o oferecer lances, observado o hor3rio fixado e as regras de aceita3o dos mesmos.
- 10.5.3.** Durante o transcurso da sess3o de lances, os participantes ser3o informados em tempo real, do valor do menor lance ofertado.
- 10.5.3.1.** A etapa de lances ser3 vis3vel a todos os participantes, com identifica3o das melhores propostas, figurando a menor proposta na cor verde, a segunda melhor proposta na cor amarelo e as demais na cor laranja.
- 10.6.** O sistema n3o identificar3 os autores dos lances ao(3) pregoeiro(a) e demais participantes.
- 10.7.** Na hip3tese de haver propostas lan3adas inicialmente com valores iguais, o sistema registrar3 por ordem de inser3o, cujo desempate poder3 ser efetivado atrav3s dos lances franqueados.
- 10.7.1.** N3o havendo lances, como crit3rio de desempate, em conformidade com a Lei Estadual n3 10.803/19, ser3 assegurada prefer3ncia, sucessivamente, aos bens e servi3os:
- I) Produzidos no Estado;
  - II) Produzidos ou prestados por empresas mato-grossenses;
  - III) Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no Estado.
- 10.7.2.** Caso permane3a o empate, ser3 aplicada a regra prevista no art. 45, 3 23, da Lei n3 8.666/93.
- 10.8.** Por iniciativa do(a) pregoeiro(a), o sistema eletr3nico emitir3 um aviso durante a etapa de lances, sobre o in3cio do tempo rand3mico, com indica3o expressa pelo sistema. O tempo rand3mico possui dura3o aleat3ria, fixada pelo pr3prio sistema, variando entre 0 (zero) a 30 (trinta) minutos e com encerramento autom3tico, sem permitir interven3o do(a) pregoeiro(a).
- 10.9.** Ap3s o encerramento da etapa de lances da sess3o p3blica, o sistema verificar3 e classificar3 a Licitante que se enquadrar como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, nos termos do **art. 33 da Lei Complementar n3 123/06 e suas altera3o es.**
- 10.10.** O sistema informar3 a proposta de menor valor imediatamente ap3s o encerramento da etapa de lances, devendo as Licitantes consultarem regularmente o sistema eletr3nico para verificar o resultado da licita3o.
- 10.11.** O(a) pregoeiro(a) examinar3 a proposta ajustada ao menor lance, quanto 3 compatibilidade do pre3o ao valor estimado para licita3o, 3 sua exequibilidade e 3 sua adequa3o ao objeto licitado.
- 10.11.1.** Para fins de an3lise da proposta quanto ao cumprimento das especifica3o es do objeto, o(a) pregoeiro(a) poder3 solicitar a manifesta3o escrita do setor requisitante do produto/servi3o ou da 3rea especializada no objeto;
- 10.11.2.** O valor unit3rio ofertado, p3s fase de lances (proposta realinhada), n3o poder3 ser superior em rela3o ao valor unit3rio ofertado inicialmente pelo licitante (proposta inicial), t3o pouco ser maior que o valor unit3rio estimado para licita3o.





Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

- 10.12.** Encerrada a etapa de lances, o(a) pregoeiro(a) deverá negociar, pelo sistema eletrônico, com a Licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.
- 10.12.1.** Erros relativos a operações matemáticas poderão ser corrigidos na etapa de negociação no caso de valores inferiores ao já ofertado.
- 10.13.** Caso não se realizem lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor valor e o valor estimado da licitação.
- 10.14.** No caso de desconexão do(a) pregoeiro(a) no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às Licitantes, os lances continuarão sendo recebidos sem prejuízo dos atos realizados.
- 10.15.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 30 (trinta) minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após COMUNICADO expresso aos participantes por meio do SIAG, no mesmo local de disponibilização deste Edital, sendo o seu acompanhamento de inteira responsabilidade da Licitante.
- 10.15.1.** Ocorrendo a situação a que se refere o item anterior, o(a) pregoeiro(a) também comunicará por meio de Aviso publicado no Diário Oficial do Estado – DOE/MT.
- 10.16.** Todos os avisos de suspensão em decorrência de horário de expediente ou fatos supervenientes serão disponibilizados no SIAG, sendo o seu acompanhamento de inteira responsabilidade da Licitante.
- 10.17.** Todos e quaisquer avisos pertinentes ao certame serão postados no chat e/ou anexados no campo “DOCUMENTOS” no sistema, não podendo a Licitante alegar desconhecimento da informação, sob pena de preclusão.

## 11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 11.1.** No julgamento e classificação das propostas, será adotado o **CRITÉRIO DE MENOR PREÇO UNITÁRIO DO LOTE**, observando os demais requisitos estabelecidos neste Edital.
- 11.2.** Serão desclassificadas as propostas de preços que:
- Contenham vícios ou ilegalidades;
  - Não apresentem as especificações técnicas exigidas no presente Edital e de seus Anexos;
  - Apresentarem preços que sejam manifestamente inexequíveis;
  - Não vierem a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço e a produtividade apresentada; e
  - Apresentem omissões, irregularidades ou defeitos insanáveis capazes de dificultar o julgamento.
- 11.2.1.** Consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida;
- 11.2.2.** A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais;
- 11.2.3.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666, de 1993, para efeito de comprovação de sua exequibilidade;
- 11.2.4.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam o pedido;
- 11.2.5.** Quando a Licitante apresentar preço final inferior a 30% da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da proposta, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.
- 11.3.** Erros meramente formais poderão, após análise, serem sanadas pelo(a) pregoeiro(a), desde que não caracterizem tratamento diferenciado em relação às demais licitantes.





Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

11.4. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável ou se a Licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

11.4.1. Ocorrendo à situação a que se refere o subitem anterior, o(a) pregoeiro(a) deverá por meio do sistema eletrônico, negociar com a Licitante para que seja obtido o valor desejado.

11.5. Finalizada a sessão pública não poderá haver desistência da proposta ou dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes na legislação vigente.

## 12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Encerrada a etapa de lances, o(a) pregoeiro(a) avaliará a necessidade de suspender a sessão para análise da documentação de habilitação. Caso não haja data de retorno estipulada pelo(a) pregoeiro(a) durante a sessão, será publicada em Diário Oficial do Estado e no Sistema de Aquisições Governamentais – SIAG, a futura data de reabertura da sessão para divulgação do resultado da fase de habilitação e prosseguimento do processo licitatório.

12.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da Licitante detentora da proposta vencedora, o(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

12.2.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)) e pela Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso (<http://www.controladoria.mt.gov.br/ceis>).

12.2.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

12.2.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

12.2.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT;

12.2.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa Licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.2.6. Constatada a existência de sanção, o(a) pregoeiro(a) reputará a Licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

12.3. Os documentos de habilitação que deverão ser apresentados, de forma numerada, sequencial, são os seguintes:

### 12.3.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

- a) Cédula de Identidade ou documento equivalente (com foto) do representante legal;
- b) Requerimento de empresário, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo (Estatuto ou Contrato Social) em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores. E no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, no caso de Microempreendedor Individual;
- e) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- g) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da





Govorno do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG
Fls.: _____
Ass.: _____

assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

**h)** Ata ou Documento equivalente de compromisso de Constituição do Consórcio, em atendimento aos termos do item 4.4 do Edital.

**12.3.1.1.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**12.3.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista**

**a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

**b)** Certidão Conjunta de Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciária. A mesma poderá ser retirada no site: [www.gov.br](http://www.gov.br);

**c)** Certidão Conjunta de Pendências Tributárias e Não Tributárias junto à Sefaz e a Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso, onde a mesma poderá ser retirada no site: [www.sefaz.mt.gov.br](http://www.sefaz.mt.gov.br), para empresas sediadas no Estado de Mato Grosso;

**c.1.** Para as empresas sediadas em outras unidades da federação, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Débitos da Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário ou sede, desde que seja consolidada com a certidão da respectiva Fazenda Pública;

**c.2.** Nos casos em que não for possível a certidão consolidada, será suficiente a CND específica para participar de licitações expedida pelo órgão competente do respectivo domicílio tributário ou sede.

**d)** Certidão Negativa de Débitos Fiscais Municipal, expedida pela Prefeitura do respectivo domicílio tributário ou sede;

**e)** Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A mesma pode ser retirada no site: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br);

**f)** **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida pela Justiça do Trabalho no site do Superior Tribunal do Trabalho – [www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br), que comprove a inexistência de débitos inadimplidos, conforme disposto no art. 29, V da Lei nº 8.666/93.**

**12.3.2.1.** Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas, nos termos da lei de regência, para fins de comprovações fiscais e trabalhistas.

**12.3.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

**a)** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, conforme segue:

**a.1.** Empresas regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

- publicados em Diário Oficial; ou
- publicados em jornal de grande circulação; ou
- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante.

**a.2.** Empresas por cota de responsabilidade limitada (LTDA), Empresa Individual, Eireli, Sociedades Simples:

- cópia do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, extraído do Livro Diário com o Termo de abertura e encerramento com o "Termo de Autenticação" da Junta Comercial, ou do Cartório, quando for o caso, da sede ou domicílio da Licitante; ou
- cópia do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício – DRE registrado na Junta Comercial, ou do Cartório, quando for o caso, da sede ou domicílio da Licitante.

**a.3.** Empresas sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/06 – Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte:

- apresentar o Balanço Patrimonial conforme o **item a2**.





**Governo do Estado de Mato Grosso**  
**SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**

SAAG/SEPLAG
Fls.: _____
Ass.: _____

**a.4.** Caso a Licitante seja **Cooperativa**, deverá comprovar o envio do Balanço Geral e o Relatório do exercício social ao órgão de controle, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971. Tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o mesmo artigo, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

**a.5.** Empresas criadas no exercício em curso ou com menos de um ano de abertura:

- fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio das Licitantes.

**12.3.3.1.** O balanço patrimonial, as demonstrações e o balanço de abertura deverão estar assinados por administrador da empresa e por Contador legalmente habilitado.

**12.3.3.2.** Os tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital – ECD, consoante disposições contidas no Decreto nº 6.022/07, regulamentado através da IN nº 2003/2021 da RFB e alterações, apresentarão documentos extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped, na seguinte forma:

**I)** Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped, nos termos do Decreto nº 8.683/16, desde que não haja indeferimento ou solicitação de providências;

**II)** Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital, extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

**III)** Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

**b)** A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações do Balanço Patrimonial, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei, sendo admitido para qualificação apenas resultados superiores a 1,0 (um):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**b.1.** Junto com o balanço patrimonial poderá ser apresentado o demonstrativo de cálculo dos índices acima, assinados pelo profissional contábil responsável pela empresa.

**b.2.** Considerando os riscos para a Administração, e que a presente licitação objetiva o Registro de Preço sem obrigatoriedade de contratação, as Licitantes que apresentarem resultado menor que 1 (um) em qualquer dos índices referidos no item anterior, deverão comprovar **capital mínimo ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total de sua proposta de preço (após a fase de lance)**, e com relação a cada lote em que for classificada em primeiro ou segundo lugar, conforme o artigo 31, §§ 2º e 3º, da Lei nº 8.666/93, sob pena inabilitação;

**c)** Todas as formas societárias deverão apresentar Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial ou extrajudicial, no CNPJ da matriz, expedida pelo distribuidor da sede da mesma.

**c.1.** Caso a certidão acima mencionada seja emitida na forma POSITIVA, deverá a Licitante





Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

comprovar, por meio de certidão emitida pela instância judicial competente, que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/05, e que está cumprido regularmente o plano de recuperação, estando apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8.666/93.

#### 12.3.4. Documentação Complementar

- a) Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento; **(conforme modelo anexo IV).**
- b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei nº 8666/93; **(conforme modelo anexo IV).**
- c) Declaração para fins do disposto no inciso V, artigo 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal; **(conforme modelo anexo IV).**
- d) Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; **(conforme modelo anexo IV).**
- e) Declaração da própria empresa de que não possui em seu quadro de pessoal, servidor público do Poder Executivo Estadual, exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão (inciso III, do art. 9 da Lei nº 8666/93 e inciso X, art. 144 da Lei Complementar Estadual nº 04/1990; **(conforme modelo anexo IV).**

##### 12.3.4.1. Documentação Complementar, exigível nos termos da LC nº 123/2006:

- a) Declaração de que é **ME, EPP ou MEI** e não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/06 e, nos termos do art. 28 da Lei Complementar Estadual nº 605/18, está apto a usufruir do tratamento estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123/06 **(conforme modelo anexo V);**
- b) Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial, que define o porte da empresa;
- c) Quando **optante** pelo SIMPLES NACIONAL a Licitante deverá apresentar **Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal. Se não for optante será verificada a condição de ME/EPP através do balanço patrimonial exigido no item 12.3.3, alínea “a”.**

12.3.4.2. Em relação às Licitantes **Cooperativas** será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar, conforme Anexo I - item 11.4 da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 17 JANEIRO DE 2020:

- 12.3.4.2.1. Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o Contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei nº 5.764 de 1971;
- 12.3.4.2.2. Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 12.3.4.2.3. Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução do objeto;
- 12.3.4.2.4. Registro previsto na Lei nº 5.764, de 1971, art. 107;
- 12.3.4.2.5. Comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o Contrato; e
- 12.3.4.2.6. Comprovação do envio do Balanço Geral e o Relatório do exercício social ao órgão de controle, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971; e
- 12.3.4.2.7. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
  - a) Ata de fundação;







Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

- b) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

**12.3.4.2.8.** Última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

### 12.3.5. Relativos à Qualificação Técnica:

#### 12.3.5.1. A Licitante deverá apresentar **atestado(s) de capacidade técnica**:

**12.3.5.1.1.** Comprovar aptidão para desempenho de atividades pertinentes, compatíveis em características e capacidades técnico-operacional (da empresa) com o objeto da licitação, por meio de apresentação de ATESTADO(S) emitido por pessoa jurídica de direito Público ou Privado, em nome da empresa Licitante, em papel timbrado devidamente assinado e com identificação do emitente. O(s) atestado(s) deverá(ão):

- a) Comprovar que a Licitante **forneceu ou está fornecendo** a contento condicionadores de ar;
- b) A comprovação no que se refere a instalação dos condicionadores de ar, deverá ser demonstrada conforme regramento do item 12.3.5.3;
- c) O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter, no mínimo, as seguintes informações básicas: nome do contratado e do contratante, a identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço), a localização de realização do serviço, os serviços executados (discriminação e quantidades) e os prazos de execução (data início e término).

**c.1.** Conter o nome, o endereço, o telefone dos atestadores, ou qualquer outra forma de que o(a) pregoeiro(a) possa valer-se para manter contato com os declarantes;

**c.2.** Caso as informações não estejam explícitas no atestado, isso não será motivo de inabilitação. Poderá o(a) pregoeiro(a) realizar diligência para validar o(s) atestado(s) apresentado(s), se assim julgar pertinente.

- d) Não há obrigatoriedade de que as nomenclaturas constantes do atestado sejam idênticas à utilizada na definição das categorias ora tratadas, desde que sejam suficientes à comprovação de capacidade de fornecimento e instalação dos equipamentos exigidos neste Instrumento;

**12.3.5.1.2.** O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se ao âmbito de atividade econômica principal ou secundária da Licitante, especificadas no Contrato Social vigente, registrado na Junta Comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

**12.3.5.1.3.** O(s) atestado(s), se emitido(s) por pessoa jurídica de direito público deverá(ão) ser assinado(s) pelo responsável do setor competente do Órgão, devidamente identificado (nome, cargo, CPF ou matrícula).

**12.3.5.1.4.** No caso de o(s) atestado(s) ser(em) emitido(s) por empresa da iniciativa privada, não será considerado aquele(s) emitido(s) por empresa pertencente ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente.

**12.3.5.1.4.1.** Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio, proprietário ou titular da empresa emitente e da empresa proponente.

#### 12.3.5.2. OUTRAS COMPROVAÇÕES TÉCNICAS:

**12.3.5.2.1.** A licitante poderá subcontratar os serviços de instalação dos condicionadores de ar, conforme o lote que participar e sagrar-se vencedora, por este fato a licitante deverá apresentar declaração para **cada lote** que participar, conforme segue:





Govorno do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gest3o

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

**12.3.5.2.1.1.** Caso a licitante **seja fornecedora do equipamento e optar por subcontratar o serviço de instalaç3o dos condicionadores de ar**, dever3o apresentar:

**a)** DECLARAÇ3O DE SUBCONTRATAÇ3O, caso sagre-se vencedora do certame, a licitante declara que apresentara no ato da assinatura do contrato a documentaç3o exigida neste Edital, no que se refere ao **item 12.3.5.3**, tais documentos dever3o ser apresentados e somente ap3s averiguaç3o e validaç3o dos documentos pelo Contratante ser3 assinado o contrato, conforme modelo constante no Anexo IX.

**12.3.5.2.1.2.** Caso a Licitante **seja fornecedora do equipamento e respons3vel pela instalaç3o dos condicionadores de ar**, dever3o apresentar:

**a)** DECLARAÇ3O DE INSTALAÇ3O, caso sagre-se vencedora do certame, a licitante declara que apresentara 3 no ato da assinatura do contrato a documentaç3o exigida neste Edital, no que se refere ao **item 12.3.5.3**, tais documentos dever3o ser apresentados e somente ap3s averiguaç3o e validaç3o dos documentos pelo Contratante ser3 assinado o contrato, conforme modelo constante no Anexo X.

**12.3.5.3.** A licitante declarada vencedora do certame dever3 apresentar **no ato da assinatura do contrato**, os documentos abaixo relacionados, da empresa respons3vel pela execuç3o do serviço de instalaç3o dos condicionadores de ar:

**I)** REGISTRO DE **PESSOA JURIDICA** no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional dos T3cnico Industriais (CRT) ou Conselho Federal dos T3cnico Industriais (CFT), da sede da licitante.

**II)** Comprovaç3o de que possui em seu quadro permanente de pessoal, profissional de n3vel superior (**Respons3vel T3cnico**), sendo o profissional legalmente habilitado, ENGENHEIRO MEC3NICO E/OU ENGENHEIRO EL3TRICO E/OU T3CNICOS INDUSTRIAIS (com habilitaç3o em refrigeraç3o ou mec3nica – Resoluç3es n3 123/2020 ou n3 101/2020), devendo apresentar em nome do Respons3vel T3cnico, os seguintes documentos:

**a)** REGISTRO DE **PESSOA FISICA** no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional dos T3cnico Industriais (CRT) ou Conselho Federal dos T3cnico Industriais (CFT);

**b)** ATESTADO DE **CAPACIDADE T3CNICA PROFISSIONAL**: Comprovaç3o de aptid3o e capacidade t3cnica profissional para desempenho de atividades que comprove a **responsabilidade t3cnica em execuç3o de serviço de instalaç3o de condicionadores de ar**, por meio de apresentaç3o de ATESTADO, em nome do respons3vel t3cnico, fornecido por pessoa jur3dica de direito p3blico ou privado;

**c)** PROVA DE **V3NCULO TRABALHISTA**: trata-se do v3nculo entre a empresa licitante e o respons3vel t3cnico, podendo ser feita por meio de um dos seguintes documentos:

**1)** Ficha de registro de empregado - RE, devidamente registrada no DRT/MTE (Delegacia Regional do Trabalho / Minist3rio do Trabalho e Emprego);

**2)** Carteira de Trabalho e Previd3ncia Social - CTPS, em nome do profissional;

**3)** Contrato Social em vig3ncia ou 3ltimo aditivo se houver, no caso em que conste o profissional como s3cio;

**4)** Contrato de prestaç3o de serviço (vide manifestaç3o do TCU no Ac3rd3o 291/2007 - Plen3rio);

**c.1.** 3 vedado um profissional estar vinculado como Respons3vel T3cnico em mais de uma empresa participante do certame;

**12.3.5.3.1.** A empresa licitante e/ou o(s) respons3vel(is) t3cnico que for(em) registrado(s) no CREA de outra Unidade da Federaç3o, dever3o obrigatoriamente realizar o visto junto a entidade de classe do Estado de Mato Grosso, para o exerc3cio das atividades, sendo que o visto ser3 exigido no prazo m3ximo de 10 (dez) dias 3teis ap3s a assinatura contrato, caso sagre-se vencedor do certame.

**12.4.** As Licitantes inscritas no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso poder3o apresentar o respectivo Certificado de Cadastro de Fornecedores, contemplando as informaç3es do Balanço Patrimonial e respectivos 3ndices de qualificaç3o econ3mico-financeira.

**12.4.1.** Caso a referida Certid3o contemple os documentos da habilitaç3o jur3dica (item 12.3.1), regularidade





Gov<sup>o</sup> do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gest<sup>o</sup>

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

fiscal e trabalhista (item 12.3.2) e qualifica<sup>o</sup> econ<sup>o</sup>mico-financeira (item 12.3.3.) em plena validade e devidamente atualizados, esta ser<sup>a</sup> aceita em substitui<sup>o</sup> aos documentos arrolados acima.

**12.4.2.** Se a Certid<sup>o</sup> de Cadastro de Fornecedores apresentar documentos com vig<sup>o</sup>ncia expirada ou desatualizada, ou ainda, aus<sup>o</sup>ncia de informa<sup>o</sup>es, a Licitante dever<sup>a</sup> anexar os referidos documentos no Sistema de Aquisi<sup>o</sup>es Governamentais – SIAG.

- 12.5.** Os documentos apresentados pelas Licitantes nas propostas de pre<sup>o</sup>s e nos documentos de habilita<sup>o</sup>, quando redigidos em l<sup>o</sup>ngua estrangeira, s<sup>o</sup> ter<sup>o</sup> validade quando acompanhados da respectiva tradu<sup>o</sup> realizada por tradutor juramentado ou consularizado.
- 12.6.** Sob pena de inabilita<sup>o</sup>, todos os documentos apresentados para habilita<sup>o</sup> dever<sup>o</sup> estar em nome da Licitante e, em sendo poss<sup>o</sup>vel, constar o n<sup>o</sup>mero de inscri<sup>o</sup> no CNPJ e endere<sup>o</sup> respectivo, salientando que:
- a) Se a Licitante for a matriz, todos os documentos dever<sup>o</sup> estar em nome da matriz; ou;
  - b) Se a Licitante for a filial, todos os documentos dever<sup>o</sup> estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela pr<sup>o</sup>pria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
  - c) Os atestados de capacidade t<sup>e</sup>cnic<sup>a</sup>/responsabilidade t<sup>e</sup>cnic<sup>a</sup> poder<sup>o</sup> ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) da Licitante.
  - d) No caso de participa<sup>o</sup> de empresas reunidas em CONS<sup>o</sup>RCIO, cada uma individualmente ter<sup>a</sup> que apresentar seus respectivos documentos, al<sup>e</sup>m dos documentos relacionados no item 4.4 deste Edital.
- 12.7.** Os documentos de **HABILITA<sup>o</sup>** apresentados sem disposi<sup>o</sup> expressa do <sup>o</sup>rg<sup>o</sup> expedidor quanto a sua validade, ter<sup>o</sup> o prazo de vencimento de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua emiss<sup>o</sup>.
- 12.7.1.** Excetua<sup>m</sup>-se do prazo acima mencionado, os documentos cuja validade <sup>e</sup> indeterminada, como <sup>e</sup> o caso dos atestados de capacidade ou responsabilidade t<sup>e</sup>cnic<sup>a</sup>.
- 12.8.** N<sup>o</sup> ser<sup>o</sup> aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.
- 12.9.** Ao(<sup>a</sup>) pregoeiro(a) reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver d<sup>u</sup>vida e julgar necess<sup>o</sup>rio.
- 12.9.1.** Caso o(a) Pregoeiro(a) entenda necess<sup>o</sup>rio, a Licitante dever<sup>a</sup> disponibilizar todas as informa<sup>o</sup>es essenciais <sup>a</sup> comprova<sup>o</sup> da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, c<sup>o</sup>pia do contrato que deu suporte <sup>a</sup> contrata<sup>o</sup>, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho, endere<sup>o</sup> atual do Contratante e local em que foram prestados os servi<sup>o</sup>s, sendo que estas e outras informa<sup>o</sup>es complementares poder<sup>o</sup> ser requeridas mediante dilig<sup>e</sup>ncia.
- 12.10.** N<sup>o</sup> ser<sup>o</sup> aceitos protocolos de entrega ou solicita<sup>o</sup>es de documento em substitui<sup>o</sup> aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
- 12.11.** Se a documenta<sup>o</sup> de habilita<sup>o</sup> n<sup>o</sup> estiver completa ou estiver incorreta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos e observado ainda o disposto no **item 21.7**, dever<sup>a</sup> o(a) pregoeiro(a) considerar a proponente **inabilitada**, salvo as situa<sup>o</sup>es que ensejarem a aplica<sup>o</sup> do artigo 43, <sup>o</sup> 1<sup>o</sup> da Lei Complementar n<sup>o</sup> 123/06. (Ac<sup>o</sup>rd<sup>o</sup> 1211/2021 – Plen<sup>o</sup>rio TCU).
- 12.12.** Poder<sup>a</sup> o(a) pregoeiro(a) declarar erro formal, desde que n<sup>o</sup> implique desobedi<sup>e</sup>ncia <sup>a</sup> legisla<sup>o</sup> e for evidente a vantagem para a Administra<sup>o</sup>, devendo tamb<sup>e</sup>m, se necess<sup>o</sup>rio, promover dilig<sup>e</sup>ncia para dirimir a d<sup>u</sup>vida.
- 12.13.** Constatando atrav<sup>e</sup>s da dilig<sup>e</sup>ncia o n<sup>o</sup> atendimento ao estabelecido, o(a) pregoeiro(a) considerar<sup>a</sup> o proponente inabilitado e prosseguir<sup>a</sup> a sess<sup>o</sup>.
- 12.14.** Se a Licitante detentora da melhor proposta desatender as exig<sup>e</sup>ncias edital<sup>o</sup>cias, o(a) pregoeiro(a) examinar<sup>a</sup> a proposta subsequente, na ordem de classifica<sup>o</sup>, verificando a sua aceitabilidade e, ap<sup>o</sup>s negocia<sup>o</sup>, os documentos de habilita<sup>o</sup>.

**13. DA PARTICIPA<sup>o</sup> DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

- 13.1.** Para o(s) lote(s) da **cota principal** e/ou da **cota reservada**, a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e Microempendedor Individual que quiser usufruir dos benef<sup>o</sup>cios concedidos pela Lei Complementar n<sup>o</sup> 123/2006 dever<sup>a</sup> selecionar a op<sup>o</sup> no SIAG ser: <Microempresa ou Empresas de Pequeno Porte ou Microempendedor





Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG
Fls.: _____
Ass.: _____

Individual>, antes do envio da proposta, e no momento da Habilitação deverá comprovar tal situação apresentando todos os documentos solicitados na **seção 12** deste Edital, bem como aqueles previstos na legislação vigente.

**13.1.1.** A falta de identificação no sistema, antes de envio da proposta, conforme estabelecido no item 13.1, acarretará em preclusão dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06.

**13.1.1.1.** Para participação do lote de cota reservada é obrigatório a identificação no sistema da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual.

**13.1.2. Será inabilitada** a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual que se identificar como tal e não apresentar os documentos mencionados conforme **item 13.1**.

**13.2.** Nos termos do artigo 43 da LC nº 123/06 e do art. 21, § 2º da LC nº 605/18, as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, conforme subitem **12.3.2** deste Edital, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**13.2.1.** Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista (**LC nº 155/16**):

**13.2.1.1.** A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual deverá assinalar no respectivo campo do SIAG, no momento do credenciamento, conforme **item 6.2, alínea "c3"** deste Edital.

**13.2.1.2.** Será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**13.3.** A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem **13.2.1.2**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei e no Edital, sendo facultado à Administração convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**13.4.** Em caso de atraso, por parte dos Órgãos competentes da emissão de certidões negativas de débito ou de certidões positivas com efeito de negativas, a Licitante poderá apresentar à Administração Pública, em prazo de cinco dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, contados do término do prazo conferido aos referidos Órgãos responsáveis pela emissão, outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos arts. 156 e 151 do Código Tributário Nacional, juntamente com a prova de protocolo do pedido da certidão comprobatória.

**13.5.** A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal de que tratam os **subitens 13.2.1.2 e 13.4**.

**13.6.** O motivo da irregularidade fiscal e trabalhista pendente deverá ficar registrado em Ata da sessão do certame, bem como a indicação do documento necessário para comprovar a regularização.

**13.7.** Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual sejam iguais ou até **5% (cinco por cento)** superiores à proposta melhor classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual.

**13.8.** Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

**13.8.1.** A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual melhor classificada será convocada para apresentar novo lance no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

**13.8.1.1.** A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual que ofertar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame terá adjudicado em seu favor o objeto licitado.

**13.9.** Na hipótese de não contratação nos termos previstos no item **13.7**, o procedimento licitatório prosseguirá com as demais licitantes;

**13.10. DA COTA RESERVADA PARA ME, EPP E MEI**





Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

**13.10.1.** Não havendo vencedor para a cota reservada, o objeto poderá ser adjudicado ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, à Licitante remanescente, cujo o chamamento será realizado automaticamente pelo sistema, a partir da melhor proposta, desde que pratique o preço do primeiro colocado.

**13.10.2.** Se a mesma empresa vencer a Cota Reservada e a Cota Principal, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço ofertado pela empresa.

**13.10.2.1.** **No caso descrito no subitem 13.10.2 a Licitante será chamada para ajustar a proposta da cota de maior valor, que deverá passar a contemplar o mesmo preço da de menor valor.**

**13.10.2.2.** Havendo recusa por parte da Licitante em ajustar os preços na forma prevista no subitem 13.10.2.1, o lote referente à cota de menor valor será adjudicado em favor da empresa vencedora, sendo esta desclassificada daquele relativo à cota de maior valor, sem prejuízo da imposição das penalidades definidas no **subitem 20.5** do Edital.

**13.10.3.** **Não se aplica o disposto nos itens 13.7 e 13.8 a cota reservada às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual.**

#### 14. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA REALINHADA

**14.1.** Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação no sistema, quando houver, a Licitante deverá encartar, via sistema, para os lotes que sagrar-se vencedora, **PROPOSTA DE PREÇO REALINHADA** ao menor lance, elaborada de acordo com as especificações do **Anexo I**, em prazo não superior a **02 (dois) dias úteis**, contado da convocação do(a) pregoeiro(a), conforme a exigência contida no Art. 39 do Decreto Estadual nº 840/17.

**14.2.** Se a Licitante não apresentar proposta atualizada, deverá o(a) pregoeiro(a) inabilitá-la e examinar as ofertas subsequentes, bem como a qualificação das Licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva Licitante declarada vencedora.

**14.2.1.** Na hipótese acima, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar sanção administrativa à Licitante.

**14.3.** Será declarada vencedora a Licitante que apresentar o menor preço, atender aos requisitos das propostas, e cumprir todos os requisitos de habilitação.

#### 15. DOS RECURSOS

**15.1.** Declarado o vencedor, qualquer Licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, expondo os motivos em **campo próprio do Sistema Eletrônico, no prazo de 15 (quinze) minutos**, contados da declaração de vencedor. Após a manifestação no sistema, será concedido o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentação das razões do recurso, ficando as demais Licitantes desde logo intimadas para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

**15.1.1.** **As petições de recurso (razões e contrarrazões) deverão ser encaminhadas (ANEXADAS E ENVIADAS) por meio do Sistema de Aquisições Governamentais - SIAG, respeitando o prazo de 03 (três) dias úteis indicado no item 15.1 desta seção.**

**15.1.1.1.** Caberá à Licitante confirmar o efetivo envio das razões e/ou contrarrazões recursais pelo sistema, podendo entrar em contato com o órgão (pregoeiro) para obter a confirmação do envio, caso entenda necessário, vez que a Administração não possui qualquer responsabilidade por falha de sistema e/ou da internet do Licitante.

**15.2.** A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito de recurso.

**15.3.** O provimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**15.4.** Caberá ao(à) pregoeiro(a) proceder ao juízo de admissibilidade das intenções de recurso manifestadas pelas Licitantes na sessão pública, buscando verificar tão somente a presença dos pressupostos recursais, ou seja, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação, abstendo-se de analisar, de antemão, o mérito do recurso, nos termos do art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/02, e do art. 44 do Decreto nº 10.024/19 (Pregão Eletrônico).

**15.5.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará e homologará o certame.





Govorno do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

- 15.6. Durante o prazo recursal, havendo interesse da Licitante, será franqueada vista aos autos, por meio de arquivo digital, em PDF.
- 15.7. Decisão será disponibilizada por meio do Sistema de Aquisições Governamentais – SIAG, na área pública, junto ao Edital.
- 15.8. Na ocorrência de manifestação ou interposição de recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

## 16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 16.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, a Licitante será declarada vencedora do certame, sendo-lhe adjudicado o objeto pelo(a) pregoeiro(a), exceto se:
  - I) houver recurso;
  - II) houver apenas uma proposta válida por lote.
  - III) o valor final ofertado ficar acima do valor estimado pela Administração.
- 16.2. Em havendo recurso e mantida a decisão do(a) pregoeiro(a), a autoridade competente da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG/MT, após deliberar sobre o mesmo e constatada a regularidade dos atos procedimentais, poderá adjudicar o objeto à Licitante vencedora e homologar o processo licitatório.
- 16.3. Nas hipóteses dos incisos II e III do item 16.1, o(a) pregoeiro(a) encaminhará os autos do processo para a autoridade competente, para possível adjudicação à Licitante vencedora e homologação do procedimento licitatório.
- 16.4. Não havendo interposição de recurso, o(a) pregoeiro(a) encaminhará os autos do processo para a autoridade competente, para possível homologação do procedimento licitatório.

## 17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 17.1. A Licitante vencedora, assim declarada no ato de adjudicação e homologação deverá comparecer, quando convocada, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura da Ata de Registro de Preços, cujas cláusulas constam na Minuta da Ata de Registro de Preços, parte integrante deste Edital.
  - 17.1.1. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da Adjudicatária, mediante apresentação do Contrato Social, documento que comprove os poderes expressos para assinatura da Ata de Registro Preços, e cédula de identidade do representante, caso estes documentos não constem dos autos do processo licitatório;
  - 17.1.2. A critério da Administração, o prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da Adjudicatária e aceito pela SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO.
- 17.2. No caso da Licitante vencedora se recusar, injustificadamente, a assinar a Ata de Registro de Preços, ou não apresentar situação regular no momento da assinatura da Ata, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG/MT, reserva-se o direito de convocar a Licitante subsequente e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação.
  - 17.2.1. A Licitante convocada, nas condições do subitem 17.2, devidamente habilitada, assinará a Ata de Registro de Preços e será a nova detentora desta, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais disposições vigentes à Licitante desistente.
- 17.3. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua publicação.
- 17.4. A Ata de Registro de Preços, assinada pela Licitante vencedora, estará disponível no site da SEPLAG, no link, <http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br>.
- 17.5. Os preços registrados estarão sujeitos a realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade, conforme disposição contida no inciso VIII do artigo 62 do Decreto nº 840/17.

Rua C, Bloco III • Centro Político Administrativo • CEP: 78049-005 • Cuiabá • Mato Grosso  
Portal de Aquisições: <http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br>

Edital 013/2022/SEPLAG – Processo: 331.137/2020 - Página 22 de 99



Autenticado com senha por PAULO HENRIQUE LOPES DE CARVALHO - ASSESSOR JURIDICO / GAQ - 25/10/2023 às 13:15:12.  
Documento Nº: 12636831-4966 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=12636831-4966>



SEPLAGCAP202342532A



Gov<sup>o</sup> do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gest<sup>o</sup>

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

- 17.6.** Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo per<sup>o</sup>do de vig<sup>encia</sup> da Ata de Registro de Preços, admitida a revisão no caso de desequil<sup>ibrio</sup> da equao econ<sup>omica</sup>-financeira inicial deste instrumento a partir de determinao da Administrao P<sup>ublica</sup>, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.
- 17.7.** A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada nas hip<sup>oteses</sup> do art. 89 e seguintes do Decreto Estadual n<sup>o</sup> 840/17 e do art. 65 da Lei n<sup>o</sup> 8.666/93.
- 17.7.1.** Durante a vig<sup>encia</sup> da Ata de Registro de Preços, a empresa registrada poderá solicitar o **reequil<sup>ibrio</sup>** para manter o equil<sup>ibrio</sup> econ<sup>omica</sup>-financeiro obtido na licitao, mediante a comprovao dos fatos previstos no art. 65, inciso II, al<sup>inea</sup> 'd', da Lei n<sup>o</sup> 8.666/93, inclusive com a comprovao da composio dos custos causados pela álea econ<sup>omica</sup> extraordinária e extracontratual.
- 17.7.2.** Os pedidos de reequil<sup>ibrio</sup> econ<sup>omica</sup>-financeiro dos preços registrados de que trata o subitem **17.7.1** passarão por análise jur<sup>idica</sup> da Unidade Setorial da Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso e contábil (**se for o caso**), cabendo ao Secretário de Estado de Planejamento e Gestão a decisão sobre o pedido.
- 17.7.3.** Deferido o pedido pelo Secretário de Estado de Planejamento e Gestão, o reequil<sup>ibrio</sup> econ<sup>omica</sup>-financeiro será registrado por aditamento  Ata de Registro de Preços.
- 17.8.** Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado  época do Registro.
- 17.9.** Caso o preço registrado seja superior  m<sup>edia</sup> dos preços de mercado, a SEPLAG solicitar ao fornecedor signatário, mediante correspond<sup>encia</sup>, reduo do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.
- 17.10.** Fracassada a negociao com o fornecedor signatário, a SEPLAG poderá rescindir a Ata de Registro de Preços e convocar, nos termos da legislao vigente, as demais empresas classificadas e habilitadas na licitao, na ordem de classificao, at<sup>e</sup> que se registre novo preço, ou, fracassada a negociao, seja revogada a Ata e iniciada nova licitao.
- 17.10.1.** Em caso de fracasso na negociao caberá a rescisão da Ata e nova licitao.
- 17.11.** Serão considerados compat<sup>iveis</sup> com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores  m<sup>edia</sup> daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.
- 17.12.** A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situao<sup>es</sup>:
- 17.12.1.** Quando o fornecedor signatário não cumprir as obrigao<sup>es</sup> constantes no Edital e da Ata de Registro de **Preços**;
- 17.12.2.** Quando o fornecedor signatário der causa a rescisão administrativa do Contrato/Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hip<sup>oteses</sup> previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII, do art. 78 da Lei n<sup>o</sup> 8.666/93;
- 17.12.3.** Quando o fornecedor for declarado inid<sup>oneo</sup>, suspenso ou impedido do direito de contratar e licitar com a Administrao.
- 17.12.4.** Quando o fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hip<sup>otese</sup> deste se tornar superior  aqueles praticados no Mercado;
- 17.12.5.** Por raz<sup>o</sup>es de interesse p<sup>ublico</sup> devidamente demonstradas e justificadas.
- 17.13.** Será dada ci<sup>encia</sup> do cancelamento do preço registrado por meio de Aviso publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, ap<sup>os</sup> o regular processo administrativo, assegurado o contradit<sup>orio</sup> e ampla defesa, sendo tal documento juntado ao respectivo processo eletr<sup>onico</sup>.
- 17.14.** A solicitao do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo <sup>o</sup>rgo/Entidade, facultando-se a este, neste caso, a aplicao das penalidades previstas em Edital.
- 17.15.** Havendo o cancelamento do preço registrado, os seus efeitos e o seu alcance ficam vinculados  decisão do seu cancelamento, podendo ou não atingir os contratos já formalizados pelos <sup>o</sup>rgos participantes e aderentes da referida Ata, a depender do seu fato gerador.
- 17.15.1.** O cancelamento do Registro de Preços será comunicado aos <sup>o</sup>rgos e Entidades que o utilizam.





Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

- 17.15.2.** Havendo o cancelamento do preço registrado, permanecerá o compromisso da garantia e assistência técnica dos itens entregues/serviços executados, anteriormente ao cancelamento.
- 17.16.** Caso a SEPLAG não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.
- 17.17.** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços.
- 17.18.** Para as adesões, em regra, serão priorizados os lotes reservados às Microempresas, às Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, conforme art. 8º, § 4º, Decreto nº 8.538/15.
- 17.18.1.** Somente existirá prioridade para efetuar a contratação da empresa vencedora da cota reservada, no Registro de Preços, se esta aceitar reduzi-lo ao valor registrado para a cota de ampla concorrência, se esta for de menor valor.
- 17.18.2.** Na hipótese prevista no subitem 17.19.1, se a empresa vencedora não aceitar reduzir o valor registrado até o montante registrado na cota mais vantajosa, o seu preço permanecerá válido para outras contratações, após o exaurimento da cota de menor valor, não lhe sendo assegurada a prioridade de contratação.

## 18. DO CONTRATO

- 18.1.** Após a homologação da licitação e a publicação da Ata de Registro de Preço, a Adjudicatária terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de convocação formal pelo Órgão/Entidade Contratante, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 18.1.1.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.
- 18.1.2.** O Contratante por discricionariedade da Administração, poderá dispensar a formalização do Contrato, caso caracterizada entrega imediata e integral, conforme rege o artigo 62 § 4º da Lei nº 8.666/1.993.
- 18.2.** O prazo da contratação será de até 12 (doze) meses, adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários.
- 18.3. DA SUBCONTRATAÇÃO:**
- 18.3.1.** Será permitida a subcontratação somente do serviço de instalação dos condicionadores de ar, desde que atendidas todas exigências estabelecidas no item 7.20 do Termo de Referência.
- 18.3.1.1.** O contrato será assinado somente após a apresentação dos documentos exigidos no **item 12.3.5.3** deste Edital, que deverão ser analisados e validados pelo contratante;
- 18.3.1.2.** Deverá constar no contrato firmado entre a contratada e a contratante, a indicação da empresa subcontratada, vinculando a mesma ao serviço de instalação dos condicionadores de ar, a qual responderá solidariamente pela parte que lhe cabe;
- 18.3.1.3.** Caso haja mudança de empresa subcontratada para execução da instalação dos equipamentos durante a vigência do Contrato, os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para análise e validação do Contratante, antes do início do serviço;
- 18.4. DA GARANTIA CONTRATUAL:**
- 18.4.1.** A Contratada deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da data da assinatura do Contrato, comprovante de prestação de garantia de 2% (dois por cento) sobre o valor do Contrato.
- 18.5. DO REAJUSTE:**
- 18.5.1.** O reajuste de preços poderá ser utilizado na presente contratação, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano da data da proposta realinhada apresentada na licitação.
- 18.6. DO PREPOSTO DA CONTRATADA:**
- 18.6.1.** A adjudicatária no ato da assinatura do Contrato deverá nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do Contrato.







Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

**18.7.** Para formalização do Contrato será exigido Termo Anticorrupção (**Anexo VII-a**) das empresas beneficiadas direta ou indiretamente com recursos públicos estaduais, declarando formalmente que a condução de seus negócios segue estritamente a lei, a moral e a ética.

**18.8.** É vedado caucionar ou utilizar o contrato administrativo decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da autoridade competente.

**18.9. As cláusulas e condições contratuais, inclusive as sanções por descumprimento das obrigações serão aquelas previstas no Termo de Referência e Minuta do Contrato, anexos a este Edital.**

#### **18.10. DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE**

**18.10.1.** Na hipótese do Contrato a ser firmado com Órgão/Entidade se enquadrar no limite da Lei Estadual nº 11.123/2020, atualizado pelo Decreto Federal nº 9412/2018, o fornecedor deverá comprovar que mantém programa de integridade, que consiste no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

**18.10.2.** Caso a futura Contratada ainda não tenha programa de integridade instituído, a Lei nº 11.123/2020 concede o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a implantação do referido programa, a contar da data da celebração do Contrato.

**18.10.2.1.** Na hipótese do não cumprimento do prazo estipulado, será aplicada multa de 0,02% (dois centésimos por cento), por dia, incidente sobre o valor do Contrato a contar do término do prazo de 180 dias conforme art. 6º da citada lei.

**18.10.2.1.1.** O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

**18.10.2.1.2.** O cumprimento da exigência da implantação fará cessar a aplicação diária da multa, sendo devido o pagamento do percentual até o dia anterior à data do protocolo.

**18.10.2.1.3.** O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

**18.10.3.** Para efetiva implantação do Programa de Integridade, os custos/despesas resultantes correrão à conta da empresa Contratada, não cabendo ao Órgão/Entidade Contratante o seu ressarcimento.

### **19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**19.1.** As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao Registro de Preços.

### **20. DAS SANÇÕES**

**20.1.** A Licitante que for convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, e não assinar a Ata de Registro de Preços, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração e será descredenciada do cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, em conformidade com o art. 7º da Lei nº 10.520/02.

**20.1.1.** Os crimes contra a Administração Pública aos quais estão sujeitos as Licitantes, processar-se-ão pela Lei nº. 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e pelo Código Penal, para fins de responsabilização das pessoas jurídicas, na esfera administrativa, civil e penal.

**20.2.** Na ocorrência de impugnação ou recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá aplicar a sanção estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**20.3.** A não apresentação da proposta atualizada e documentos de habilitação sujeita a Licitante à aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração, com seu respectivo registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado, garantido o direito de defesa.





Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

- 20.4. Constatada a possível prática de crime, assim definido na legislação, na execução da licitação, Ata de Registro de Preços ou Contrato, o fato será comunicado à autoridade policial competente para apuração.**
- 20.5.** O descumprimento da obrigação contida no item **13.10.2.2** deste Edital sujeita a Licitante ME, EPP ou MEI as sanções abaixo delineadas, que serão aplicadas a critério da Administração, sendo elas:
- I) Advertência;**
  - II) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) lote(s) prejudicado(s) pela conduta da Licitante;**
  - III) Impedimento de licitar e contratar com a Administração e descredenciamento do cadastro de fornecedores, por prazo a ser fixado pela autoridade competente, dentro do limite estabelecido no art. 7º da Lei nº 10.520/02;**
- 20.5.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as sanções previstas nos incisos I e III do item **20.5** deste Edital.
- 20.5.2.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Licitante, observando-se os procedimentos previstos em lei.
- 20.5.3.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o Princípio da Proporcionalidade.
- 20.6.** O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos do Edital e da Ata de Registro de Preços sujeita a Contratada às multas, consoante o *caput* e § 1º, do art. 86, da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor homologado para a Licitante.
- 20.6.1.** Quanto ao atraso para assinatura da Ata, o valor das multas será calculado nos seguintes percentuais:
- I) Atraso de até 02 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento) do valor homologado;**
  - II) A partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 10º (décimo) dia útil, multa de 4% (quatro por cento) do valor homologado, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia útil de atraso.**
- 20.6.2.** Quanto ao atraso para assinatura do Contrato:
- I) Atraso de até 02 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento), sobre o valor da Nota de Empenho se for entrega única e sobre o valor do Contrato se for entrega parcelada;**
  - II) A partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 10º (décimo) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), sobre o valor da Nota de Empenho se for entrega única e sobre o valor do Contrato se for entrega parcelada, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia útil de atraso.**
- 20.7.** As sanções previstas nesta seção e no Termo de Referência, anexo deste Edital, não eximem a Empresa da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao ÓRGÃO/ENTIDADE.

## 21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 21.1.** O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da Contratada farão parte integrante do Contrato ou Instrumento equivalente, independentemente de transcrição.
- 21.2.** É facultado ao(à) pregoeiro(a) ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de **diligência destinada a esclarecer ou complementar** a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.**
- 21.3.** A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
- 21.3.1.** A anulação do procedimento induz à da Ata de Registro de Preços e a do Contrato.
- 21.3.2.** As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da Contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no





Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gest3o

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

cumprimento do Contrato.

- 21.4. As proponentes assumem todos os custos de prepara3o e apresenta3o de sua proposta ao 3rg3o, que n3o ser3, em nenhum caso, respons3vel por esses custos, independentemente da condu3o ou do resultado da licita3o.
- 21.5. As proponentes s3o respons3veis pela fidelidade e legitimidade das informa3oes e dos documentos apresentados em qualquer fase da licita3o.
- 21.6. N3o havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impe3a a realiza3o do certame na data marcada, a sess3o ser3 redesignada para outro dia e hora e novamente publicados na Imprensa Oficial.
- 21.7. As normas que disciplinam este Preg3o ser3o sempre interpretadas em favor da amplia3o da disputa entre os interessados, desde que n3o comprometam o interesse da Administra3o, a finalidade e a seguran3a do futuro contrato ou instrumento equivalente.
- 21.8. O aviso sobre este Edital, bem como eventuais retifica3oes e publica3oes posteriores relativas ao presente certame, **observando o disposto no art. 11 do Decreto Estadual n3o 840/17**, ser3o publicadas no Di3rio Oficial do Estado de Mato Grosso – DOE/MT e ser3 disponibilizado na internet, no Portal de Aquisi3oes da Secretaria de Estado de Planejamento e Gest3o - SEPLAG/MT, no link: <http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/>.
- 21.8.1. Ser3o disponibilizadas no link: <http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/> (Portal de aquisi3oes) todas as informa3oes que o(a) pregoeiro(a) e/ou comiss3o de licita3o julgarem importantes, inclusive adendos, avisos, retifica3oes, resposta de esclarecimento e/ou impugna3o.
- 21.9. O 3rg3o Contratante dever3 observar e fazer cumprir a legisla3o estadual sobre o ICMS.
- 21.10. A homologa3o do resultado desta licita3o n3o gera direito 3 contrata3o, mas mera expectativa de direito.
- 21.11. 3rg3os/Entidades participantes que responderam as pesquisas de quantitativo N3o 484 disponibilizada no Sistema de Aquisi3oes Governamentais – SIAG, finalizada no dia 29.09.2020 e acostada ao processo administrativo. Sendo os seguintes: CASACIVIL, DETRAN, GOVERNADORIA, INDEA, INTERMAT, SECEL, SEDEC, SEFAZ, SEMA, SEPLAG, SESP e SINFRA.
- 21.11.1. Os 3rg3os/Entidades do Poder Executivo Estadual n3o participantes e demais, ser3o adesos na forma prevista no Decreto Federal n3o 7.892/2013 e Decreto Estadual n3o 840/2017 (Ades3o Carona).
- 21.12. 3 poss3vel a ades3o carona de empresas estatais de Mato Grosso, na forma do art. 138-A, par3grafo 3nico, do Decreto Estadual n3o 840/2017, desde que haja previs3o em seus respectivos regulamentos, seguindo a contrata3o da minuta espec3fica anexa (Minuta de Contrato II – Anexo VIII), regida pela Lei n3o 13.303/2016.
- 21.12.1. A possibilidade de ades3o n3o altera o regime deste Edital de licita3o, nem da respectiva Ata de Registro de Pre3o.
- 21.12.2. Os procedimentos de contrata3o pelas empresas estatais devem observar a Lei n3o 13.303/2016 e seus regulamentos pr3prios, sem preju3o das altera3oes contratuais condizentes 3s suas peculiaridades.
- 21.12.3. Em caso de contrata3o por ades3o carona das empresas estatais, o regime de execu3o contratual seguir3 as normas aplic3veis a essas pessoas jur3dicas.
- 21.13. Aos casos omissos aplicam-se as disposi3oes constantes da Lei n3o 10.520/02, da Lei n3o 8.666/93 e do Decreto n3o 840/17.
- 21.14. **Havendo altera3oes no instrumento convocat3rio, as mesmas ser3o aplicadas tamb3m 3s minutas de Contrato e Ata de Registro de Pre3os.**
- 21.15. **S3o partes integrantes deste Edital:**
- a) ANEXO I – Especifica3o;
  - b) ANEXO II – Modelo de Proposta de Pre3os;
  - c) ANEXO III – Termo de Refer3ncia;
  - d) ANEXO IV – Modelo de Declara3o;
  - e) ANEXO V – Modelo de Declara3o de ME, EPP e MEI;
  - f) ANEXO VI – Minuta da Ata de Registro de Pre3os;





**Governo do Estado de Mato Grosso**  
**SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**

SAAG/SEPLAG

Fls.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

- g) ANEXO VII – Minuta do Contrato I dos Órgãos/Entidades;
- h) ANEXO VII-a – Minuta de Termo Anticorrupção (anexo do Contrato);
- i) ANEXO VIII – Minuta do Contrato II das Empresas Estatais;
- j) ANEXO IX – Modelo de Declaração de Subcontratação.
- k) ANEXO X – Modelo de Declaração de Instalação.

Cuiabá – MT, 03 de agosto de 2022.

**KATIENE CETSUMI MIYAKAWA PINHEIRO**  
Secretária Adjunta de Aquisições Governamentais/SEPLAG

**Em conformidade:**

**DANIELA MARQUES GODINHO**  
Coordenadora de Licitações Governamentais/SEPLAG

**LEONARDO CHAVES DE MOURA**  
Superintendente de Licitações e Registro de Preço/SEPLAG





Governo do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG

Fis.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

**ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVOS**

**LOTES 1 e 1.1 (publicados no Edital 005/2022 como Lote 1 e Lote 2)**

RESULTADO PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO EM 16.02.2022.

**LOTE 002 – AMPLA CONCORRÊNCIA/ COTA PRINCIPAL**

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	CONDICIONADOR DE AR TIPO CASSETE INVERTER, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE <b>21.000 A 24.000BTUS</b> , TENSÃO NOMINAL DE 220V, CICLO FRIO OU QUENTE/FRIO, SERPENTINA DE COBRE, GABINETE E CHASSI COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO, GÁS ECOLÓGICO R410A, COMPRESSOR ROTATIVO, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA INMETRO "A" OU "B", FILTRAGEM DE AR (REDUZ BACTÉRIAS E ODORES), DESUMIFICADOR, FUNÇÃO TURBO, CONTROLE REMOTO (INCLUSO PILHAS), MANUAL DO USUÁRIO EM LÍNGUA PORTUGUESA. <b>INCLUINDO INSTALAÇÃO.</b> UNIDADE.	UN	48

**LOTE 002.1 – COTA RESERVADA ME/EPP/MEI**

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	CONDICIONADOR DE AR TIPO CASSETE INVERTER, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE <b>21.000 A 24.000BTUS</b> , TENSÃO NOMINAL DE 220V, CICLO FRIO OU QUENTE/FRIO, SERPENTINA DE COBRE, GABINETE E CHASSI COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO, GÁS ECOLÓGICO R410A, COMPRESSOR ROTATIVO, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA INMETRO "A" OU "B", FILTRAGEM DE AR (REDUZ BACTÉRIAS E ODORES), DESUMIFICADOR, FUNÇÃO TURBO, CONTROLE REMOTO (INCLUSO PILHAS), MANUAL DO USUÁRIO EM LÍNGUA PORTUGUESA. <b>INCLUINDO INSTALAÇÃO.</b> UNIDADE.	UN	16

**LOTE 003 – AMPLA CONCORRÊNCIA/ COTA PRINCIPAL**

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	CONDICIONADOR DE AR TIPO CASSETE INVERTER, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE <b>32.000 A 36.000BTUS</b> , TENSÃO NOMINAL DE 220V, CICLO FRIO OU QUENTE/FRIO, SERPENTINA DE COBRE, GABINETE E CHASSI COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO, GÁS ECOLÓGICO R410A, COMPRESSOR ROTATIVO, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA INMETRO "A" OU "B", FILTRAGEM DE AR (REDUZ BACTÉRIAS E ODORES), DESUMIFICADOR, FUNÇÃO TURBO, CONTROLE REMOTO (INCLUSO PILHAS), MANUAL DO USUÁRIO EM LÍNGUA PORTUGUESA. <b>INCLUINDO INSTALAÇÃO.</b> UNIDADE.	UN	63

**LOTE 003.1 – COTA RESERVADA ME/EPP/MEI**

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	CONDICIONADOR DE AR TIPO CASSETE INVERTER, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE <b>32.000 A 36.000BTUS</b> , TENSÃO NOMINAL DE 220V, CICLO FRIO OU QUENTE/FRIO, SERPENTINA DE COBRE, GABINETE E CHASSI COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO, GÁS ECOLÓGICO R410A, COMPRESSOR ROTATIVO, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA INMETRO "A" OU "B", FILTRAGEM DE AR (REDUZ BACTÉRIAS E ODORES), DESUMIFICADOR, FUNÇÃO TURBO, CONTROLE REMOTO (INCLUSO PILHAS), MANUAL DO USUÁRIO EM LÍNGUA PORTUGUESA. <b>INCLUINDO INSTALAÇÃO.</b> UNIDADE.	UN	21

**LOTE 004 – AMPLA CONCORRÊNCIA/ COTA PRINCIPAL**

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	CONDICIONADOR DE AR TIPO CASSETE INVERTER, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE <b>46.000 A 48.000BTUS</b> , TENSÃO NOMINAL DE 220V, CICLO FRIO OU QUENTE/FRIO, SERPENTINA DE COBRE, GABINETE E CHASSI COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO, GÁS	UN	72





Govorno do Estado de Mato Grosso  
SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SAAG/SEPLAG
Fls.: _____
Ass.: _____

	ECOLÓGICO R410A, COMPRESSOR ROTATIVO, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA INMETRO "A" OU "B", FILTRAGEM DE AR (REDUZ BACTÉRIAS E ODORES), DESUMIFICADOR, FUNÇÃO TURBO, CONTROLE REMOTO (INCLUSO PILHAS), MANUAL DO USUÁRIO EM LÍNGUA PORTUGUESA. <b>INCLUINDO INSTALAÇÃO.</b> UNIDADE.		
--	---	--	--

**LOTE 004.1 – COTA RESERVADA ME/EPP/MEI**

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	CONDICIONADOR DE AR TIPO CASSETE INVERTER, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE <b>46.000 A 48.000BTUS</b> , TENSÃO NOMINAL DE 220V, CICLO FRIO OU QUENTE/FRIO, SERPENTINA DE COBRE, GABINETE E CHASSI COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO, GÁS ECOLÓGICO R410A, COMPRESSOR ROTATIVO, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA INMETRO "A" OU "B", FILTRAGEM DE AR (REDUZ BACTÉRIAS E ODORES), DESUMIFICADOR, FUNÇÃO TURBO, CONTROLE REMOTO (INCLUSO PILHAS), MANUAL DO USUÁRIO EM LÍNGUA PORTUGUESA. <b>INCLUINDO INSTALAÇÃO.</b> UNIDADE.	UN	23

**LOTE 005 –AMPLA CONCORRÊNCIA/COTA PRINCIPAL**

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	CONDICIONADOR DE AR TIPO CASSETE INVERTER, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE <b>56.000 A 60.000BTUS</b> , TENSÃO NOMINAL DE 220V, CICLO FRIO OU QUENTE/FRIO, SERPENTINA DE COBRE, GABINETE E CHASSI COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO, GÁS ECOLÓGICO R410A, COMPRESSOR ROTATIVO, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA INMETRO "A" OU "B", FILTRAGEM DE AR (REDUZ BACTÉRIAS E ODORES), DESUMIFICADOR, FUNÇÃO TURBO, CONTROLE REMOTO (INCLUSO PILHAS), MANUAL DO USUÁRIO EM LÍNGUA PORTUGUESA. <b>INCLUINDO INSTALAÇÃO.</b> UNIDADE.	UN	234

**LOTE 005.1 – COTA RESERVADA ME/EPP/MEI**

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	CONDICIONADOR DE AR TIPO CASSETE INVERTER, CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE <b>56.000 A 60.000BTUS</b> , TENSÃO NOMINAL DE 220V, CICLO FRIO OU QUENTE/FRIO, SERPENTINA DE COBRE, GABINETE E CHASSI COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO, GÁS ECOLÓGICO R410A, COMPRESSOR ROTATIVO, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA INMETRO "A" OU "B", FILTRAGEM DE AR (REDUZ BACTÉRIAS E ODORES), DESUMIFICADOR, FUNÇÃO TURBO, CONTROLE REMOTO (INCLUSO PILHAS), MANUAL DO USUÁRIO EM LÍNGUA PORTUGUESA. <b>INCLUINDO INSTALAÇÃO.</b> UNIDADE.	UN	77

